

Zeny Duarte
ORGANIZADORA



Arquivos, Bibliotecas e Museus

Realidades de Portugal e Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luíz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



MUSEU
DE ARTE
SACRA



Zeny Duarte
Organizadora

**ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS:
Realidades de Portugal e Brasil**

SALVADOR
EDUFBA
2013

2013, Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Lúcia Valeska Sokolowicz

NORMALIZAÇÃO

Adriana Caxiado

REVISÃO

Fernanda Machado

SISTEMA DE BIBLIOTECAS - UFBA

Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil / Zeny Duarte,
organizadora. - Salvador: EDUFBA, 2013.
416 p.

Trabalhos apresentados no Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à Luz da
Era Pós-Custodial : Realidades de Portugal e do Brasil, realizado em Salvador, no
período, de 1 a 3 de setembro de 2011 (Encontro ABM 2011).
ISBN 978-85-232-1129-5

1. Arquivologia. 2. Arquivística 3. Biblioteconomia. 4. Museologia. 5. Ciência
da Informação - Portugal - Brasil. I. Duarte, Zeny.

CDD - 020

Editora filiada à:



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo s/n

Campus de Ondina - 40.170-115

Salvador - Bahia - Brasil

Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA 7

Zeny Duarte

APRESENTAÇÃO 11

Ronaldo Lopes Oliveira

– Primeira Parte –

A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA E O POSICIONAMENTO DA MUSEOLOGIA 17

FACE À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

Armando Malheiro da Silva

ESPAÇOS FLUIDOS DE MEMÓRIA: no fio da narrativa 39

Maria Virgínia Moraes de Arana

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: reflexões de um usuário 55

Mário Mendonça de Oliveira

ATENÇÃO! ACERVOS MUSEOLÓGICOS, DÚVIDA... A busca de caminhos 67

para a leitura, interpretação e difusão do patrimônio cultural

Sidélia Santos Teixeira

ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA EM SEUS 83

DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

José Augusto Chaves Guimarães e Natália Bolfarini Tognoli

TRATADOS DE ARQUITETURA EM BIBLIOTECAS, MUSEUS E ARQUIVOS 95

PORTUGUESES (SÉCULOS XV-XVII): relevância desta herança bibliográfica na
investigação do património arquitetónico

Susana Matos Abreu

MUSEU DA GASTRONOMIA DA BAHIA - Senac 153

Maria Helena Pereira da Silva

A EUROPA PERTO DE TODOS: uma rede de informação para fomentar 161

e divulgar a construção europeia

Ana Lúcia Terra

FAROL: de sinalizador a cartão postal	205
Cleber Reis	
CULTURA, MEMÓRIA, TECNOLOGIA: a preservação do conhecimento nas sociedades contemporâneas	227
Vera Dodebei	
RIQUEZA E DIVERSIDADE DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA: um panorama dos trabalhos do grupo de pesquisa	237
Alicia Dubá Lose	
ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência	259
Carlos Alberto Ávila Araújo	
– Segunda Parte –	
A FOTOGRAFIA NO ARQUIVO, NA BIBLIOTECA E NO MUSEU: similitude e diversidade de saberes	301
Zeny Duarte, Sonia Maria Ferreira, Joseane Oliveira	
USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS: inter-relacionamento com a arquivologia, seus princípios e conceitos	321
Sérgio Franklin, Rafael Botelho Dórea	
BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: agentes de universalização do conhecimento	339
Aida Varela Varela, Marilene Lobo Abreu Barbosa	
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA BIBLIOTECAS NA ERA PÓS-CUSTODIAL	375
Hildenise Ferreira Novo, Ivana Aparecida Borges Lins	
ZONAS DE INTERSEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO ACADÊMICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: contribuições à formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos como profissionais pesquisadores e protagonistas sociais	399
Henriette Ferreira Gomes	

TRATADOS DE ARQUITETURA EM BIBLIOTECAS,
MUSEUS E ARQUIVOS PORTUGUESES
(SÉCULOS XV-XVIII):
relevância desta herança bibliográfica
na investigação do património arquitetónico

Susana Matos Abreu¹

TRATADOS DE ARQUITETURA EM BIBLIOTECAS, MUSEUS
E ARQUIVOS PORTUGUESES:
O NASCIMENTO DE UM PROJETO²

O projeto que aqui se apresenta teve uma origem fortuita em 2002, estando diretamente ligado ao objeto da minha tese de Doutoramento em História da Arte, então há pouco tempo iniciada. Nessa altura, pretendia estudar a influência dos tratados de Arquitetura e outra literatura afim na produção arquitetural portuguesa da primeira metade do sécu-

¹ Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Portugal) e Doutora em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da mesma universidade. Foi Presidente da APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte (2005-2009) e membro investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Atualmente desenvolve a pesquisa “Form and meaning in context: Portuguese architecture, 1481-1580” como investigadora de Pós-Doutoramento em três instituições: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP/CEAU); Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP/IF); Leiden University Centre for the Arts in Society (Leiden Universiteit/LUCAS).

² Texto entregue para publicação em 28 de julho de 2012.

lo XVI, tema há muito considerado pertinente pelos especialistas, mas que, na verdade, vinha sendo descurado pelos investigadores. Uma das dificuldades da empresa era bem conhecida da comunidade científica a partir de um célebre estudo de Marie-Thérèse Mandroux-França, *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVIIe au XVIIIe siècle: um patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*, publicado em 1983, onde se acusava o desconhecimento geral do número e diversidade dos títulos da Literatura Artística³ (incluindo a gravura em álbum ou avulsa) que integravam as bibliotecas ou outras instituições portuguesas detentoras de incunábulo e do chamado Livro Antigo – isto é, de publicações anteriores a 1800.

Existiam, é certo, alguns escassos instrumentos de trabalho neste campo, tendo os levantamentos mais sistemáticos sido realizados por bibliotecários voluntariosos. Porém, além de raros, tais levantamentos davam conta de apenas uma ínfima parcela das existências, estando muito longe de cobrir o território nacional por inteiro. Destes é exemplo o já mencionado artigo de Marie-Thérèse Mandroux-França, o qual, apontando títulos de bibliotecas em Lisboa, Coimbra e Porto, não tinha qualquer pretensão de exaustividade. Ou do levantamento realizado na cidade do Porto com coordenação de Maria Clara Correia Fernandes, também na década de 1980, e que se restringia às bibliotecas da Escola Superior de Belas-Artes, do Instituto Superior de Engenharia, da Faculdade de Arquitetura, da Faculdade de Ciências, e à Biblioteca Pública Municipal da mesma cidade. (FERNANDES, 198-) Ao mesmo tempo, verificava-se que tais levantamentos, por vezes, espraavam-se por arcos temporais desajustados relativamente ao estudo que desejava empreender. Era este o caso do inquérito realizado por Maria da Graça Pericão à preciosa Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, em Lisboa,

³ Para o conceito de Literatura Artística, seguimos a definição implícita em *Die Kunstliteratur* (1924) de Julius von Schlosser, que a descreve como o conjunto de textos que falam sobre a Arte em geral, atendendo às obras e aos artistas, às técnicas, às teorias artísticas, ou à expressão de juízos de valor. (SCHLOSSER, [1924])

que cobria com rigor as obras publicadas entre os séculos XVII e XVIII, mas que assim deixava de fora as existências que, à época, mais me interessava conhecer: as dos séculos XV e XVI. (PERICÃO, 1990-1992) O facto de ter sido por gentileza destas duas últimas promotoras que tive acesso aos manuscritos dos trabalhos que realizaram – o que muito lhes agradeço⁴ – revela bem o estado embrionário de tal estudo, que não chegou aos prelos em Portugal.

Maior sucesso havia então tido um único levantamento feito por Formosinho Sanchez (um arquiteto), que padecia, porém, de ser dedicado a um autor em particular. Ao abrir da década de 1990, Formosinho Sanchez dera ao público o rol dos vários volumes, impressos ou manuscritos, do tratado *De Architectura libri decem* (mss. c. 35-25 a.C.) do latino Vitruvius, então existentes em Portugal. (SANCHEZ, 1991) É certo que a utilidade de tal levantamento para o nosso estudo era indiscutível, pois o tratado de Vitruvius, porquanto o primeiro do género escrito sobre a disciplina da Arquitetura ainda na Antiguidade, fora o modelo de todos os outros. O estudo ignorava, porém, tudo quanto dizia respeito aos títulos epigonais que lhe sucederam a partir da *editio princeps* de 1486, informação esta mais relevante para mim, sem dúvida, do que aquela que o dito levantamento oferecia. Pois se, por força da consabida influência do *De Architectura* em todos os sectores da cultura portuguesa, esperava-se uma divulgação das suas várias edições feita de modo transversal a meios humanísticos e científicos (também relativamente homogénea na geografia do país), poucos dados permitiam aferir a qualidade da distribuição das restantes edições de tratados de Arquitetura que, sucedaneamente ou com inédita originalidade, apareceram às dezenas nos prelos a partir do Renascimento. Concluí, enfim, que não havendo informação suficiente sobre os tratados de Arquitetura tardo-quatrocentistas e quinhentistas que haviam circulado em Portugal, o meu estudo sobre

⁴ Agradeço ainda ao Dr. Eduardo Pires de Oliveira o acesso a uma cópia desta última publicação.

a influência de tal património teórico e visual nas formas construídas portuguesas augurava-se inviável.

É preciso esclarecer os motivos pelos quais esta relação foi então considerada fundamental para o estudo do património edificado do período em questão – motivos extensíveis, retenha-se, a toda a investigação em História da Arquitetura produzida até às portas do século XX. Estes são essencialmente de dois tipos. O primeiro é puramente instrumental: tal elenco permitir-nos-ia saber onde se encontravam os tratados de Arquitetura que, naturalmente, teriam que ser consultados e estudados no âmbito da investigação. Recorde-se que, ao abrir do milénio, tal literatura não estava acessível para leitura *on-line* como hoje já se encontra em vários casos, integrando repositórios abertos. Alguns *websites*, todos eles estrangeiros e por vezes fruto de cooperação internacional, já oferecem a possibilidade de “folhear” exemplares dos tratados mais significativos, uma vez digitalizados e apresentados em modo de imagem. Permitem, inclusive, recorrer a pesquisas de termos ou expressões neles utilizadas, em particular nas versões em formato PDF ou texto. Trata-se isto de uma enorme mais-valia que revolucionou a investigação sobre a tratadística no período de sensivelmente uma década, tornando possível empreender estudos mais aprofundados sobre a influência da Literatura Artística e sua incidência cultural, anteriormente muito difícil. À data em que iniciei o meu estudo, a consulta presencial de tais obras em ambiente de biblioteca era então o único meio de aceder aos textos – e daí a necessidade de saber da sua existência e paradeiro.

Naturalmente, a leitura dos tratados de Arquitetura para fins de estudo dos seus conteúdos poderia ser socorrida por edições recentes das mesmas obras, algumas delas críticas e até acompanhadas de transcrições modernas dos caracteres tipográficos originais. Com exceção das raras edições fac-similadas, porém, tal consulta não dispensava o contacto com os volumes originais. Só estes reproduziam com acuidade a integração das imagens com o texto (muitas vezes perdida nas edições

modernas), proporcionando a sensação geral que se retirava do contacto íntimo com a obra, isto sobretudo nos seus aspetos mais resistentes à descrição verbal. Não é ainda possível esquecer que, no que se refere ao Livro Antigo, deve-se ter em conta que cada exemplar é único, apresentando variações entre si no seu processo de composição, edição tipográfica e encadernação, facto que, sob determinadas condicionantes, poderia eventualmente ter algum impacte nos processos artísticos dos seus leitores.

A importância de considerar tais variações cresce quando se tem em mente as várias tiragens de uma mesma edição que, por vezes, incorporam mais ou menos imagens, isto além de adendas ou correções ao texto, do punho do autor ou editores. Isto para já não mencionar as diferentes edições de um determinado volume, às vezes integrado em miscelâneas capazes de suscitar sínteses culturais complexas, ou até mesmo improváveis. Uma relação completa das existências em instituições custodiais portuguesas apresentava-se assim, aos meus olhos, como facilitadora do reconhecimento de instâncias de identidade e diferenciação entre os exemplares de um mesmo título divulgado no país; e este reconhecimento só presencialmente, em biblioteca, mediante a verificação de cada um dos volumes, poderia ser alcançado.

O segundo motivo pelo qual uma relação completa dos tratados de Arquitetura se afigurava então imprescindível prendia-se com as características do meu próprio estudo em vista. Tal relação permitiria, por um lado, um tratamento estatístico da distribuição dos vários títulos disponíveis no país ao longo do tempo. Daria ainda pistas – úteis para estudos colaterais ao tema em índice – sobre o mercado do livro, sobretudo sobre a atividade dos principais livreiros e distribuidores, portugueses ou com relações comerciais com Portugal, durante os séculos XV e XVI. Ressalte-se que todos os tratados de Arquitetura que circularam por aqui nestas datas se tratam de títulos estrangeiros, sobretudo italianos, franceses e espanhóis, mas também alemães e flamengos.

bibliográfico foram, sobretudo, constituídos à custa do espólio das livrarias monásticas ou conventuais (incluindo as dos colégios geridos por monges), isto quando foram confiscadas pelo Estado no decurso da extinção das Ordens Religiosas, decretada por D. Pedro IV em 1834. Após terem sido reunidos em espécies de armazéns centrais, os espécimes de tais livrarias foram depois redistribuídos por várias instituições, algumas delas criadas *ad hoc* para os receber. Tudo isto foi feito segundo critérios que não passaram pela manutenção integral dos núcleos originais. Em vez disso, os critérios oscilaram entre a gestão do transporte dos volumes – que privilegiou o seu encaminhamento para as instituições geograficamente mais próximas – e a provisão das novas bibliotecas criadas (não apenas das públicas, mas sobretudo as de estabelecimentos de ensino superior e academias) com os títulos mais adequados aos seus fins. Com a criação dos Liceus Nacionais em 1836, foi ainda necessário dotar as bibliotecas escolares de instrumentos adequados de estudo.⁵ O resultado de tudo isto conduziu, obviamente, à desagregação impiedosa das coleções históricas.

Ora, durante o processo de recolha das livrarias monásticas e conventuais, efetuaram-se róis dos títulos existentes em cada Casa, destinados a servir a sua posterior redistribuição. Estes inventários ainda hoje se conservam (pelo menos quase todos...) à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sabe-se, por conseguinte, que títulos integravam cada biblioteca à data da sua incorporação nos bens do Estado, ainda que, em muitos casos, a informação registada seja tão sumária que é insuficiente para identificar qual a edição em causa, por exemplo. Já no processo irregular e atribulado da redistribuição de todos estes volumes pelas instituições custodiais (nalguns casos apressado, noutros dilatando-se no tempo, pelo que algumas obras, porque mal armazenadas, perderam-se

⁵ Por esta razão, muitos liceus fundados neste período, ainda hoje ativos e convertidos em Escolas Secundárias, conservam pequenos, mas interessantes, núcleos de Livro Antigo. É inclusive de alertar para os riscos que estes correm ao não estarem sequer catalogados (na maior parte dos casos), isto para já não falar do seu acondicionamento precário em algumas situações constatadas.

para sempre), não se realizaram registos semelhantes. Torna-se, deste modo, impossível reconstituir o paradeiro dos títulos identificados naqueles róis, bem como a sua eventual migração posterior para os destinos onde atualmente estanciam.

Posto isto, é fácil entender que o levantamento e verificação, espécime a espécime, da Literatura Artística existente nas instituições portuguesas tivesse ainda em mente facilitar a reconstituição virtual do património bibliográfico, teórico e visual, de cada Casa religiosa. Isto, com enorme vantagem não só no que à Arquitetura concerne, mas também no que respeita ao estudo histórico das artes em geral. Tal reconstituição seria só por si meritória de toda a atenção, dado que as várias famílias religiosas foram, ao longo da História, financiadoras dos mais importantes e vanguardistas investimentos artísticos realizados no país – isto com exceção apenas das obras régias e de algumas outras, bem mais escassas, resultantes da encomenda cortesã. Por conseguinte, muitos arquitetos, entre outros artistas e artífices de todas as áreas de expressão visual (escultura, pintura, ourivesaria, talha, azulejaria, paramentaria,...), porquanto tivessem acesso privilegiado às livrarias monásticas, conventuais e colegiais – estas geralmente bem providas de títulos e atualizadas com pontualidade –, nelas se formaram e adquiriram (ou modernizaram) a sua cultura teórica e visual por convivência com livros e gravuras. E força da encomenda artística através da qual materializaram tal aprendizagem, estes artistas assim disseminaram, à sombra institucional e nas franjas geográficas das mesmas Casas, as novidades artísticas ali aprendidas. Os mosteiros e conventos converteram-se, deste modo, em poderosos centros formadores de artistas e artífices ao longo de séculos, e funcionaram como focos principais de irradiação de novas tendências estéticas, sobretudo a nível local e regional. Esta importância justificaria, por si só, o empenho no conhecimento presencial – visual – dos volumes que em tempos terão constituído o seu património bibliográfico.

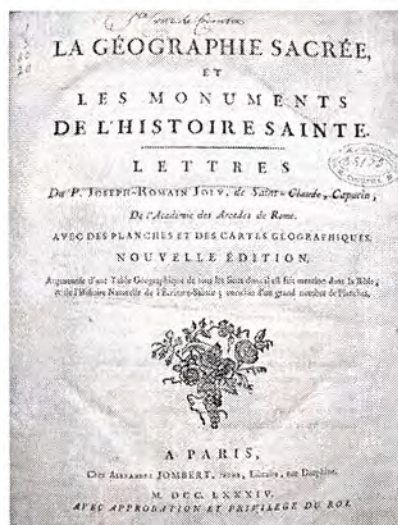
A identificação dos pertences e *ex-libris* de cada um dos volumes guardados em instituições custodiais portuguesas, quando existentes, permitiria finalmente atestar a sua posse por particulares cujas bibliotecas foram, por capricho do destino, incorporadas nas mesmas instituições que receberam o legado religioso e, já no contexto da República, também as bibliotecas régias (FIGURAS 1 e 2). Assim, esta identificação também se augurava da maior importância para os fins do meu estudo em concreto: alguns volumes cunhados com autógrafos, já então identificados e conhecidos, uns de importantes artistas de gabarito, outros de encomendantes de obras de vulto no enriquecimento do património nacional, davam informações relevantes sobre as suas referências teóricas e visuais. A identificação dos pertences seria, por conseguinte, essencial para aquilatar a cultura artística de comitentes e artistas portugueses em determinados períodos históricos, dando assim uma dimensão mais próxima daquilo que seriam, sobretudo no caso dos últimos, os meios de aprendizagem das conquistas internacionais da disciplina à distância das novidades formais europeias. Eventuais marcas da sua leitura, sobretudo *marginália* composta por sublinhados, desenhos ou anotações, dariam ainda informação complementar sobre o papel do livro no processo criativo individual. Estimava que só o tratamento de todos estes dados – qualidade dos espécimes tratadísticos, seu número, sua distribuição social e geográfica – desse alguma certeza quanto às características da circulação de cada um dos títulos entre comitentes e artistas. A meditação sobre as conclusões do inquérito permitiria, enfim, circunscrever outros critérios mais subjetivos nos processos artísticos postos em andamento por tal literatura, e ousar aferir as preferências do gosto que marcaram determinadas épocas e regiões, bem como distinguir posições autorais ou idiossincráticas.

FIGURA 1 – Joannis Ciampini - *Romani Vætera Monimenta, in quibus Præcipue Musiva Opera*. Roma: 1747. (2º vol.). Pertence: “Sta. Cruz de Coimbra”



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

FIGURA 2 – Joseph-Romain Joly - *La Géographie Sacrée, et les Monuments de l'Histoire Sainte*. Paris: 1784. Pertence: “Sta. Cruz de Coimbra”



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

Por todos estes motivos, além de outros estritamente relacionados com o estudo específico da Arquitetura (que registarei mais adiante no texto),urgia a realização de um levantamento de todo este património bibliográfico esquecido à guarda de bibliotecas, museus e arquivos portugueses. Entendendo que tal trabalho não só se revelava essencial para a minha própria investigação, mas que também constituiria, como legado aos vindouros, um instrumento de trabalho extremamente útil para os investigadores de todos os domínios artísticos, decidi, pois, empreendê-lo por minha própria conta, como subsídio da tese de Doutoramento propriamente dita.

OBJETO DO LEVANTAMENTO

As balizas temáticas e cronológicas do levantamento que pretendia fazer foram inicialmente definidas pelos interesses da pesquisa em mira: o estudo do papel da teoria (e subsequente crítica) na arquitetura portuguesa do século XVI. Cedo, porém, este intervalo de tempo foi substancialmente incrementado. Uma das principais razões para isso foram as dificuldades do levantamento, que, à partida, eram várias, além das já mencionadas de circunstância histórica que haviam levado à dispersão do material em estudo. A principal derivava da deficiência dos instrumentos de pesquisa dos documentos, hoje em alguns dos casos ultrapassada com o recurso às novas tecnologias e às modernas técnicas da biblioteconomia. À época, porém, com exceção das instituições das Regiões Autónomas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, praticamente não existiam coisas tão elementares como registos eletrónicos dos fundos antigos, isto na esmagadora maioria das instituições a pesquisar. Para a sua consulta, contava-se, em regra, com fichas manuscritas ou dactilografadas, arrumadas alfabeticamente em gavetas, ou com catálogos manuscritos em formato de livro, muitos deles ainda do século XIX e atualizados ao longo dos tempos com adendas de várias mãos, dispersas por volumes subsidiários. No caso da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra,

por exemplo, a qual incorpora (além de notáveis núcleos monásticos e colegiais) o espólio do magnífico edifício construído por D. João V entre 1717-1728 para albergar a biblioteca universitária, não havia outro processo de fazer tal levantamento senão percorrer, uma a uma, todas as entradas do fichero manuscrito – e só as da biblioteca joanina são cerca de 70.000! –, trabalho este bastante penoso de se fazer e que me levou, não sem sofrimento físico, várias semanas a concluir.

Outra dificuldade acrescida prendia-se com a indisponibilidade ao público de certos acervos. Tal era o caso da riquíssima biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, na qual, só após várias tentativas frustradas, empreendidas ao longo de anos, me foi dado entrar por anuência do seu presidente.⁶ O tempo concedido (ou disponível) para algumas destas consultas era limitado e a possibilidade de novo acesso a tais espólios não era garantida; urgia, pois, aproveitar as oportunidades concedidas de visita às instituições e dali extrair tudo o que pudesse valer, quer para o propósito mais imediato, quer para estudos futuros.

Assim, esta organização dos instrumentos de pesquisa e algumas condicionantes ao seu acesso (e, depois, também aos próprios fundos documentais) cedo me convenceram a alargar o período do levantamento até ao fim do século XVIII. De resto, a maioria dos ficheiros e catálogos manuscritos que teria que percorrer incorporava todas as existências até 1800, marco que separava, no espólio das várias instituições, os fundos modernos do chamado Livro Antigo. Julguei então ser de conveniência – para mim e para os vindouros – aproveitar, neste caminho, a oportunidade oferecida para registar todos os títulos que entrassem na categoria “tratados de Arquitetura”, aos quais decidimos acrescentar mais alguma literatura de teor afim ao do exercício da profissão de arquiteto (que adiante se especificará) ou de especial importância para o estudo do património edificado. A este aspeto pragmático juntava-se um outro incentivo ao alargamento das pesquisas até 1800: os levantamentos existentes à data,

⁶ Referimo-nos ao Arq. Augusto Pereira Brandão, ao qual jamais será demasiado agradecer.

já aqui mencionados, apenas seriam úteis na medida em que os conseguisse coser com o meu, compondo uma lista única; e estes privilegiavam, como se disse, as obras dos séculos XVII e XVIII.

Também as fronteiras temáticas do levantamento foram substancialmente alargadas face à intenção inicial de dedicá-lo exclusivamente aos tratados de Arquitetura. Importa esclarecer que o tratado consiste num género literário que se caracteriza pelo tratamento exaustivo de um tema, o que nem sempre é feito de modo absolutamente original, mas onde não deixa de imperar uma posição autoral forte na agregação e tratamento das várias matérias e assuntos nele abordados. Isto geralmente acontece de forma completa; isto é, cobrindo todos os aspetos da profissão num único volume, desde a definição disciplinar aos métodos utilizados para o desenvolvimento da disciplina, passando pela normativa deontológica do seu profissional. Desde bem cedo no Renascimento, porém, deram-se à estampa publicações que se debruçam de modo parcial sobre matérias que interessavam a comitentes e arquitetos; e tais publicações, não sendo propriamente tratados, tiveram influência teórica e modelar que, de modo algum, poderia ser desprezada. Por isso, também estas abordagens a temas específicos da Arquitetura teriam de ser incluídas no levantamento para interesse da minha própria investigação. Seria o caso, por exemplo, dos estudos estimulados pelas amplas digressões vitruvianas sobre os materiais de construção e as técnicas adequadas ao seu uso, em cujo âmbito se inclui a literatura técnica devotada à estereotomia da pedra, à construção de pontes e calçadas, ou às artes complementares da Arquitetura tais como a carpintaria, a serralharia, a talha, a construção de tetos de alfarge e afins. As narrativas acerca da evolução das formas e técnicas construtivas ao longo do tempo, muitas vezes amparadas no texto por notícias acerca do desenvolvimento histórico das diferentes civilizações, porquanto se tratando de informação essencial, quer para o conhecimento da arquitetura vernacular, quer das origens e evolução da própria teoria arquitetural, levou-me ainda a incluir neste rol os mais importantes estudos históricos publicados sobre a disciplina.

Mais frequentemente, e dadas as digressões de Vitrúvio sobre as ordens de colunas clássicas, nele incluí também os múltiplos estudos que, durante séculos, foram publicados com exclusividade sobre o tema.

Por outro lado, é reconhecido que a tratadística pós-vitruviana segue, em regra, as linhas orientadoras da profissão lançadas por Vitrúvio (séc. I a.C.) no Lv. I, Cap. 1, 1 do *De Architectura* (VITRÚVIO, 2006), o qual deixou bem claro que “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes”. Ora, tais artes, tal como o arquiteto latino as entende, abrangem um leque de disciplinas que praticamente varre todo o saber humano, das Letras às Ciências. De todas – diz Vitrúvio – o *architectus* deverá ter algum conhecimento, pelo que o próprio autor dedica extensas partes do seu tratado a dar conta de matérias que a Arquitetura comparte com as Matemáticas (nomeadamente a Geometria, a Música ou a Astronomia) e com uma variedade de assuntos que, no século XV, incluíam-se no âmbito alargado da chamada Filosofia da Natureza. Além disso, o próprio conceito de Arquitetura era mais abrangente no tempo de Vitrúvio do que atualmente é. Para este autor, como se lê no Lv. I, Cap. 3, 1, “as partes da própria Architectura são três: edificação (*aedificatio*), gnomónica (*gnomonice*), mecânica (*machinatio*)” – o que implica que, além de dominar todos os aspetos relativos ao projeto e construção de edifícios, o arquiteto deveria ainda saber como conceber e realizar analemas (ou quadrantes solares) e diversos tipos de máquinas para uso civil ou militar. Por conseguinte, também os impressos modernos dedicados a estas matérias situadas nas franjas epistemológicas da Arquitetura vitruviana, sempre que referindo-se a esta disciplina em concreto, haveriam de ser identificados no meu levantamento. Incluí ainda os manuais de perspetiva no âmbito destas publicações, ciência desenvolvida a partir do Renascimento no âmbito da Pintura e das Matemáticas, essencial para a comunicação do projeto ao cliente. Com enorme peso no cômputo geral das obras modernas pós-Vitrúvio, foi ainda registada toda a tratadística especificamente votada à fortificação e à Arte Militar; esta últi-

ma derivando do desenvolvimento moderno das matérias da *edificatio* e da *machinatio* vitruvianas. Alguns escritos especificamente dedicados à Gnomónica e à Mecânica também puderam, por conseguinte, ser considerados no âmbito do levantamento dos textos impressos com interesse para o estudo do património edificado.

O alargamento do levantamento do livro à gravura, assim ultrapassando em muito o escrutínio previsto, teve outras razões. Por altura do Renascimento, no âmbito do movimento cultural que ficou conhecido por Vitruvianismo (e que se dedicava ao estudo de Vitruvius e do seu legado escrito), humanistas e artistas debruçaram-se sobre os edifícios da Antiguidade clássica no sentido de melhor entenderem a teoria apresentada no *De Architectura*. Foi este esforço – envolvendo filólogos, pintores, escultores e arquitetos, na visita, medida e levantamento das ruínas antigas – que proporcionou a confeção da moderna teoria arquitetural expressa nos tratados. Autonomamente e em paralelo, tais estudos materializaram-se em desenhos que depois deram origem a recolhas de gravuras de “antiguidades”, muitas vezes editadas em álbuns. Tais gravuras, por sua vez, cedo adquiriram estatuto modelar para todos aqueles que, à distância das ruínas de Roma, se pretendiam treinar no desenho de edifícios *all’antico* seguindo a moda que, rapidamente, e até à segunda década do século XVI, vulgarizou-se por toda a Europa. Por conseguinte, também se nos afigurou essencial registar a gravura de Arquitetura, fosse avulsa ou encadernada em álbum, incluindo a que representava edifícios modernos projetados segundo o gosto *nuovo antico*, patente em infinitos modelos de fortalezas, palácios, habitação civil, monumentos sacros e arquitetura religiosa. Também as representações visuais de fragmentos arquitetónicos, tais como colunas ou suas partes, frisos e molduras, chaminés ou portas, ou até simplesmente vinhetas tipográficas, ou outros apontamentos de função meramente ornamental do texto, haveriam de ser cuidadosamente anotadas pela sua importância na constituição de um repertório visual formativo do gosto da comitência e auxiliar da criatividade dos artistas. Registos da arte dos jardins – incluindo traçados

de canteiros, desenhos de fontes, escadarias, pavilhões e outros elementos arquitetônicos disciplinadores do mundo natural – foram necessariamente incluídos em tal repertório pelas mesmas razões. Ainda neste âmbito, incluí os álbuns de vistas de cidades e os registros de entradas solenes, cujo interesse cresce por terem sido veículo de circulação de modelos arquitetônicos entre zonas do globo distantes entre si. Idêntica função modelar, e também com reconhecido interesse para as artes subsidiárias da Arquitetura (sobretudo as decorativas), viriam ainda a ter certas portadas de livros representando estruturas arquitetônicas, além de vinhetas tipográficas várias reproduzindo fragmentos arquiteturais ou ornamentais adaptáveis à arte, bem como certos fundos paisagísticos de registros de santos ou molduras de retratos, capazes de inspirar o desenho de edifícios ou de suas partes. Sem dar prioridade a estes elementos, não desdenhei, todavia, anotar a sua existência sempre que deparei com eles. O mesmo se fez no que tange aos manuscritos sobre Arquitetura, ainda que estes caíssem fora do âmbito do levantamento dedicado ao livro impresso (e, sucedaneamente, à gravura) – mas merecedores, sem dúvida, de um futuro trabalho de levantamento especializado.

INSTITUIÇÕES ESCRUTINADAS

Assentado o objeto de levantamento, defini o universo das instituições custodiais a investigar. Interessava-me, acima de tudo, fazer uma cobertura geral do país para interrogar a existência de assimetrias regionais de acesso à Literatura Artística.⁷ Embora descartando potenciais resultados de interesse, e porque antevendo o desgaste de forças a que uma pesquisa demasiado dispersiva levaria, pus logo à partida de parte a investigação de coleções particulares, ainda que existam, inclusive publicados, importantes róis de livros pertencentes a bibliotecas privadas

⁷ Esta, evidentemente, dada pelos pertences ou *ex-libris*, e não pela atual localização das obras, mas ainda assim pedindo uma sondagem pontual e equitativamente distribuída pelo território.

de vulto. Foi exceção a biblioteca da Fundação Casa de Bragança, sediada no Palácio dos Duques em Vila Viçosa, pela sua incontornável importância histórica. Pela mesma razão, ficaram também de fora os registos de leilões e outras notícias sobre a circulação do Livro Antigo entre particulares. Importantes núcleos bibliográficos também foram por mim preteridos dada a imensidão do trabalho a realizar e as dificuldades pressentidas de chegar a certos espólios: foi o caso das bibliotecas pertencentes ao Patriarcado e à Santa Casa da Misericórdia, bem como o das notáveis bibliotecas dos Seminários diocesanos. Também ignorei as pequenas coleções dos antigos Liceus, isto pela impossibilidade de os percorrer a todos.⁸ Decidi-me, assim, por circunscrever o escrutínio às instituições custodiais mais relevantes do país: às principais bibliotecas beneficiadas com os fundos régios ou com o espólio proveniente dos mosteiros, conventos e colégios extintos.

Mantendo a intenção de mapear a localização destes tesouros bibliográficos em todo o país, dentre estas instituições dei prioridade aos mais vultosos núcleos de Livro Antigo. Estes coincidem com as bibliotecas mais importantes de Braga, Porto, Coimbra, Mafra, Lisboa e Évora. Seguiram-se, por ordem de importância e de precedência, as bibliotecas de Academias (com exceção das instituições dedicadas às Belas Artes, que ocuparam o topo da lista), Politécnicos e outras associações ou estabelecimentos de ensino. A estas somei ainda, com alguma expectativa (que todavia se veio a revelar frustrada mediante visita...), os Arquivos Distritais e principais museus de Arte do país.

Assim, a pesquisa iniciou-se de acordo com a referida ordem de prioridades, intencionalmente abrangendo a seguinte lista (provisória e organizada por ordem alfabética) de instituições que haviam sido identificadas a priori (mas não confirmadas) como possíveis detentoras de Literatura Artística impressa até 1800:

⁸ Ainda assim, acabei por registar algumas existências dos últimos nos casos em que foi fácil, ou até mesmo incontornável, a tomada de seu conhecimento.

QUADRO 1 – Algumas Instituições identificadas: Bibliotecas e Museus

BIBLIOTECAS	MUSEUS
(Biblioteca da Escola Secundária Marquês do Pombal, Lisboa)	Casa-Museu Guerra Junqueiro, Porto
Biblioteca da Escola Superior de Belas-Artes do Porto	Museu da Cidade, Lisboa
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Museu de Aveiro
Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa
Biblioteca da Marinha, Lisboa	Museu Nacional dos Coches, Lisboa
(Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia, Lisboa)	Museu Rainha D. Leonor, Beja
Biblioteca do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Lisboa	Palácio Nacional de Queluz, Lisboa
Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa	Etc.
Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	
Biblioteca Geral da Universidade de Évora	
Biblioteca Municipal de Braga/ Universidade do Minho	
Biblioteca Municipal de Lamego	
Biblioteca Municipal de Viseu	
Biblioteca Municipal do Porto	
Biblioteca Nacional de Portugal	
Biblioteca Pública de Évora	
Biblioteca Pública Municipal de Aveiro	
Biblioteca Pública Municipal do Porto	

Fundação Casa de Bragança/ Biblioteca Ducal, Vila Viçosa	
Gabinete de Estudos Olissiponenses, Lisboa	
Etc...	

QUADRO 2 – Algumas Instituições identificadas: Academias e Associações (Arquivos)

ACADEMIAS E ASSOCIAÇÕES	ARQUIVOS
Academia de Ciências de Lisboa	Arquivo Distrital de Braga/ Universidade Minho
Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa	Arquivo Distrital do Porto
Academia Portuguesa de História, Lisboa	Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa
Associação Comercial de Lisboa	Arquivo Histórico Científico-Tropical, Lisboa
(Patriarcado de Lisboa)	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa
Sociedade de Geografia, Lisboa	Arquivo Histórico Militar, Lisboa
Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães	Arquivo Histórico Municipal do Porto
Etc.	

CRITÉRIOS DO REGISTO

Dada a ambição do levantamento e a sua urgência, decidi registar apenas os elementos então por mim considerados essenciais para identificação da obra. Tratar-se-ia, pois, de uma recolha de dados mínima que permitisse a posterior elaboração de notícias bibliográficas mais extensas, acaso tal viesse a tornar-se possível num futuro próximo, eventualmente já no âmbito de um mais extenso projeto que contasse com maior número de investigadores. O ensaio de tais notícias bibliográficas, fora das minhas habilitações, também não se me afigurou prioritário: algumas instituições entretanto contactadas tinham como projeto, a curto

ou médio prazo, encetar a catalogação eletrónica do seu Fundo Antigo, sendo que algumas delas haviam já dado início a essa árdua tarefa por bibliotecónomos competentes. No futuro – acreditei – seria fácil cruzar o meu levantamento com esse trabalho de catalogação das obras, por todos aqueles interessados em aceder à sua descrição completa.

Assim, o meu critério para a recolha de dados foi, não o do especialista do Livro Antigo, mas o do utilizador da informação a recolher. Isto é: a sumária ficha de levantamento foi pensada segundo a sua vocação para servir os historiadores da Arquitetura. Tendo em mente os métodos próprios da investigação nesta área, os campos da ficha de registo bibliográfico ficaram-se pelo título – que transcrevi tão completo quanto possível, dado que, nas obras anteriores a 1800, aí se dão ao leitor informações preciosas sobre os seus autores, dedicatários, financiadores e conteúdos da obra –, pelo nome do autor, a edição, a identificação do lugar de impressão, o impressor (ou livreiro) e a data de impressão. Obviamente, foi para mim prioritário registar a localização da obra, mencionando a instituição a cuja guarda se encontrava na época do levantamento, bem como a sua cota e cotas anteriores, sempre que existisse tal informação. Novamente privilegiando o investigador, procedi ainda a uma breve descrição dos conteúdos de cada obra, especialmente daquelas que, então, eram minhas desconhecidas. Tal descrição foi feita em vista do próprio volume e serviu, em muitos casos, para registar a uma impressão pessoal acerca daqueles conteúdos. Também nestes casos me pareceu possível vir a complementar estas notas impressionistas com dados mais informados sobre as referidas publicações, colhidos de repertórios bibliográficos de referência. Naturalmente, o registo de pertences foi considerado prioritário, bem como a menção da existência de notas marginais de potencial interesse. Dadas as particularidades do estudo, bem como as antevistas de quantos haveria de servir no futuro, fiz ainda uma recolha complementar de imagens digitais das obras (arquivadas em formato JPEG) sempre que tal me foi autorizado pelas instituições visitadas. Todas as páginas de rosto por mim verificadas presencialmente foram alvo deste

tipo de registo visual, bem como todas as gravuras arquitetónicas dos respetivos volumes. Assim, dadas as várias centenas de obras rastreadas, montam a alguns milhares os registos fotográficos por mim efetuados, se bem que com meios técnicos amadores.

Quanto aos modelos do levantamento inicial, dado que à época não existiam (ou não eram do meu conhecimento) pioneiros trabalhos do género que servem hoje de referência a estudos semelhantes,⁹ pautei a ficha de levantamento pelos parâmetros acima descritos. No levantamento bibliográfico propriamente dito, usei critérios idênticos aos de Maria Clara Correia Fernandes e Maria da Graça Pericão, socorrendo-me assim, indiretamente, do contributo de especialistas. A recolha nestes moldes apresentava ainda o especial benefício de me permitir facilmente entroncar os contributos destas autoras no meu próprio levantamento com uniformidade de critérios, assim criando um corpo único. Relativamente a tudo quanto ultrapassou o contributo destas investigadoras (descrição sumária das obras, registo fotográfico), segui a minha intuição de investigadora de História da Arte, em particular da Arquitetura.

LEVANTAMENTO JÁ EFETUADO

O levantamento conforme acima descrito foi por mim iniciado em 2003 e estendeu-se até 2006. Ou seja, compreendeu três anos de investigação ininterrupta. Foram por mim visitadas e investigadas vinte e oito instituições nacionais, entre bibliotecas, arquivos e museus. No total, escrutinei trinta e cinco acervos geograficamente distribuídos conforme o mapa (FIGURA 3).

A envergadura do levantamento e, sobretudo, a necessidade de dar fim aos compromissos académicos, impôs a suspensão do projeto em

⁹ É o caso do projecto *Les Livres d'Architecture: Manuscrits et imprimés publiés en France, écrits ou traduits en français (XVIe siècle - XVIIe siècle)*, que vem sendo realizado na Universidade de Tours sob direção de Frédérique Lemerle e de Yves Pauwels, conforme se pode constatar no seguinte sítio da Internet: <http://architecture.cesr.univ-tours.fr/traite/Notice/ENSBA_20A4.asp?param=>>.

2006, o qual ficou a aguardar melhores condições para a sua retoma, inclusive de financiamento.¹⁰ Por todas estas razões, não me foi possível terminar o escrutínio iniciado em todos os acervos, nem, evidentemente, iniciar a inventariação de outros a que reconhecemos grande importância. Nos quadros abaixo reproduzidos, indica-se o número dos espécimes por mim identificados, na sua maior parte verificados um a um no local. A inventariação de cada núcleo pressupõe-se completa, salvo menção em contrário. Foram cinco as regiões de especial atenção do levantamento: Porto, Coimbra, Mafra, Lisboa e Évora.

FIGURA 3 – Levantamento por distrito e por biblioteca



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa (Portugal). Gráfico: Susana Abreu.

¹⁰ O levantamento realizado beneficiou da minha Bolsa de Doutoramento concedida pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia entre os anos 2001-2005 (bolsa com a referência SFRH/BD/4873/2001).

QUADRO 3 – Levantamento feito na cidade do Porto

PORTO - 184 VOLUMES + 310 GRAVURAS
Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP)
Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) – levantamento incompleto
Biblioteca da Faculdade de Belas-Artes do Porto (FBAUP)
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP)
Biblioteca do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP)
Inclui:
Biblioteca da Escola Médico-Cirúrgica do Porto

QUADRO 4 – Levantamento feito na cidade de Coimbra

COIMBRA - 236 VOLUMES + NÚMERO INDETERMINADO DE GRAVURAS
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Inclui:
- Secção dos Reservados
- Biblioteca Joanina
- Biblioteca do Liceu Normal de D. João III
- Real Colégio de São Pedro
Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra - Biblioteca da Matemática (FCUC)

QUADRO 5 – Levantamento feito em Lisboa

Lisboa – 436 volumes + número indeterminado de gravuras
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – levantamento incompleto
Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda (PNA) – levantamento incompleto
Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa (ANBA)

QUADRO 6 – Levantamento feito em Évora

Évora – 34 volumes + 995 gravuras
Biblioteca Pública de Évora (BPE) – levantamento incompleto
Biblioteca Geral da Universidade de Évora (BGUE)
Inclui:
- Bibliotecas dos vários pólos universitários da Mitra
- Biblioteca Verney

Outros núcleos de Livro Antigo, mais pequenos, foram por mim escrutinados, incluindo a literatura complementar atrás mencionada. Na maior parte destes núcleos, o número de exemplares identificados foi surpreendentemente insignificante. Ainda assim, todos estes casos, incluindo os casos com zero existência, permitiram-me ensaiar hipóteses acerca da distribuição geográfica da Literatura Artística no país e, por conseguinte, contribuir de modo extremamente positivo para o inquérito.

QUADRO 7 – Levantamento feito nas restantes cidades do país

	Núm. de exemplares
Arquivo Distrital de Bragança (ADB)	0
Arquivo Distrital da Guarda (ADG)	0
Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB)	0
Arquivo Distrital do Porto	0
Arquivo Municipal de Vila do Conde	0
Arquivo Regional da Madeira, Funchal, Madeira (ARM)	0
Biblioteca Municipal de Castelo Branco (BMCB)	0
Biblioteca Municipal de Elvas – levantamento incompleto	3
Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra (BPNM)	9
Biblioteca Municipal de Miranda do Douro	0
Biblioteca Municipal de Viseu (BMV)	8
Biblioteca Pública de Braga / Universidade Minho (PBP)	5

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores (BPAQRPD) - levantamento incompleto	25
Fundação Casa de Bragança/ Biblioteca Ducal, Vila Viçosa	1

Não é este o lugar adequado para dar conta dos resultados específicos do levantamento. O futuro tratamento dos dados recolhidos (eventualmente concomitante à prossecução dos trabalhos de inventariação das obras) visará a interpelação estatística dos dados quanto a autores, títulos, datas de edição, oficinas de impressão, etc. A análise mais cuidada dos pertences e *ex-libris*, por outro lado, ajudará a reconstituir, de forma virtual, os núcleos de literatura artística em antigas livrarias hoje desgregadas pelas instituições custodiais. Posso, no entanto, adiantar que, tal como se suspeitava à partida, a verificação dos pertences ou *ex-libris* cedo me permitiu concluir que o grosso dos volumes integrados nas instituições visitadas tem quatro proveniências principais: doação régia, mosteiros ou conventos, colégios e particulares – sendo as proveniências deste último grupo praticamente residuais no que se refere ao século XVI.

A IMPORTÂNCIA DOS TRATADOS DE ARQUITETURA NA INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Como atrás referi, vem sendo reconhecido o grande interesse da tratadística para o estudo das obras arquitetónicas do passado. Por conseguinte, a partir da década de 80, e sobretudo até nos últimos anos, têm-se multiplicado em Portugal os estudos que consideram tal literatura no estudo do objeto arquitetónico observado nas suas múltiplas vertentes.¹¹ De minha parte, e de acordo com a investigação que venho desenvolvendo desde 1996 até ao presente, considero que a tratadística tem um papel importantíssimo na investigação do património edificado a pelo menos cinco níveis distintos, que podem – e devem – ser objeto de atenção:

¹¹ A este respeito, consulte-se o "Objecto e método" da minha tese de Doutoramento. (ABREU, 2011c)

- a. O efeito da divulgação dos tratados na disseminação e (re)elaboração crítica de ideias gerais acerca da Arquitetura;¹²
- b. O contributo dos tratados na elaboração de programas de intervenção arquitetural (também urbanística), incluindo a escolha da linguagem estética da obra;
- c. O fornecimento de modelos para o edificado, sejam eles conceituais, tipológicos, formais, ou meramente decorativos;
- d. O seu papel na educação do Arquiteto e na afinação do sentido crítico da comitência;
- e. A incidência cultural dos tratados de Arquitetura, veiculada pelas obras realizadas em determinadas épocas, regiões ou coletividades, ocasionaram certas preferências ou oscilações do gosto que se detetam a nível local e regional. Enquadram-se neste ponto os seus efeitos na disseminação oficial das formas pela sua migração com as companhias de artistas.

Dir-se-ia, por conseguinte, que a atenção aos tratados de Arquitetura (e a outros textos afins incluídos no âmbito da Literatura Artística) permitem questionar, de forma privilegiada, certos aspetos da conformação do objeto arquitetónico no âmbito do seu processo projetual, bem como interrogar o papel e o valor social desse mesmo objeto nos meios em que a presença física dos tratados se revela determinante para definir a cultura artística – teórica e visual – imperante no contexto da sua produção.

Com recurso estrito aos meus próprios estudos já publicados, apresentarei de seguida, a título de ilustração de cada um destes níveis, casos de estudo em que a consideração dos tratados de Arquitetura e textos afins se revelou fundamental no decurso da investigação histórica, feita com vista ao melhor conhecimento do património arquitetónico portu-

¹² Neste tópico se incluem aspetos como a inserção epistemológica da disciplina arquitetural ou da prática profissional do Arquiteto no quadro mais vasto das Ciências, entre vários outros de atenção teórico-crítica que, tal como o primeiro, têm expressão na qualidade do edificado.

guês. Dada a complexidade do primeiro ponto – o efeito da divulgação dos tratados na disseminação e (re)elaboração crítica de ideias gerais acerca da Arquitetura –, limito-me aqui a remeter o interessado nestas matérias para a minha tese de Doutoramento, onde trato exaustivamente acerca da importância da tratadística na formulação portuguesa dos conceitos de “Arquitetura” e de “Arquiteto” até à primeira metade do século XVI, incluindo a sua concomitante influência na tomada de posição crítica sobre as práticas arquiteturais do mesmo período. (ABREU, 2011c) O quinto ponto aponta para conclusões gerais que só um levantamento dos tratados de Arquitetura e literatura afim, feito caso a caso no contexto da encomenda e produção de cada obra, poderá conduzir. Alguns resultados de investigação nos restantes tópicos enunciados deixam inerentes pistas sobre incidências pontuais do gosto em determinadas épocas, regiões ou coletividades, que se percebem como o resultado do contacto direto de encomendantes e arquitetos com tal literatura. Por conseguinte, também deste último tópico não daremos notícia alongada, assim evitando as redundâncias por recurso a exemplos diretos.

Influência de tratados em programas de intervenção arquitetural

um dos pontos onde a consideração da tratadística se revela mais interessante para o estudo do património edificado prende-se com a decifração das linhas orientadoras do programa ideológico que, regra geral, preside ao projeto da obra. Tal programa aparece formulado em obras mais ambiciosas, sobretudo nas promovidas pelo Estado, a Igreja, ou até mesmo por alguns particulares. Atinge o auge da sua importância sempre que a Arquitetura é entendida por patronos e arquitetos como estrutura simbolicamente significativa; isto é, como portadora de mensagens que devem ser socialmente codificadas de forma decifrável pelo observador. Os tratados de Arquitetura pós-vitruvianos fornecem esse tipo de código – e por conseguinte, também a sua chave de leitura –,

permitindo associar determinadas estruturas, tipologias, formas, apontamentos decorativos, ou até estilos, a conteúdos ideológicos específicos. Naturalmente, variações para-semânticas de interpretação deste código correm de época para época no contexto da sua leitura e interpretação. Por conseguinte, mediante tal código, o edifício, ou até mesmo o conjunto de edifícios, torna-se capaz de exprimir as ambições pontuais de um indivíduo, de uma instituição, ou até mesmo de uma nação inteira.

O Plano Joanino de Renovação Urbanística de Évora

O precursor do moderno entendimento da Arquitetura como veículo semiológico foi o tratado de Vitrúvio, pelo que os primeiros autores renascentistas, por ele inspirados, consagraram bastante atenção a esta ideia. Um dos primeiros autores a dar ênfase à questão foi Leon Battista Alberti, humanista que, dedicando-se a escrever extensamente sobre a Arquitetura no seu tratado *De re aedificatoria* (1486), consagrou definitivamente esta arte como poderoso instrumento político de afirmação de valores e de modelação da mentalidade do coletivo social – ideia que se difundiu entre a poderosa comitência de Roma e rapidamente transbordou para todo o mecenato de elite.

Nesta sequência, julgo que as extensas obras de remodelação urbana feitas pelo rei D. João III (r. 1521-1557) em Évora, levadas a cabo no período em que esta cidade funcionou provisoriamente como capital do império português (1531-1537/8), nunca serão inteiramente compreendidas sem uma interpretação do seu programa à luz deste traço fundamental do tratado de Alberti. De facto, dir-se-ia que todos os investimentos construtivos feitos na cidade parecem aconselhados por esta obra em termos gerais; e até mesmo, pela própria ação do seu autor em Itália, isto enquanto arquiteto e conselheiro do papa Nicolau V nas obras de renovação de Roma – que, de certa maneira, materializa a teoria do seu *De re aedificatoria*. (ABREU, 2010a)

À imagem das obras romanas, também Évora foi alvo de um vultuoso plano de remodelação que pode ser entendido como uma tentativa de “restauro” da original grandeza da cidade no período da sua áurea ocupação romana. Tratar-se-ia isto de uma evidente aproximação ao tempo histórico que os humanistas da época declaravam modelar, o que, em Portugal, passou por associar a imagem do rei D. João III à do imperador Augusto em diversos testemunhos literários. Um destes humanistas foi André de Resende, que escreveu uma *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (1553), texto onde dá a conhecer os achados arqueológicos eborenses, mas que se trata, enfim, de um texto de natureza política. Aqui, ao mencionar as obras feitas na cidade pelo seu pretenso fundador latino – o herói militar Sertório V –, o autor convoca à mente de quem lê as obras que, no seu tempo, ainda se faziam na cidade por ação do rei D. João III. Como identifiquei em estudo anterior (ABREU, 2010a), as principais fundações sertorianas elencadas por Resende – a muralha, o palácio e o aqueduto – são simétricas das realizadas pelo monarca. As obras joaninas revalorizaram a muralha romana, primando por limpá-la dos elementos espúrios que, durante a Idade Média, se lhe haviam adossado. Ao tempo da permanência do rei na cidade, reabilitou-se o suposto “palácio” do fundador erguido na Praça do Peixe, convertendo-se ainda os antigos banhos anexos em capela privada. Salienta-se, enfim, a construção do portentoso aqueduto chamado da Água da Prata (terminado em 1537), que o rei levantou para abastecer a cidade de água; e este, sabe-se, pretendia “restaurar” uma pretensa estrutura da época romana construída pelo fundador Sertório, entretanto arruinada pelo tempo. Dir-se-ia assim que o plano de renovação urbana de Évora traduz, por imagens visuais, um propósito “literário”: o de fazer concordar as ações de Sertório V, na Antiguidade, com as de D. João III, nos tempos modernos. Com isto, pretender-se-ia fazer recair o prestígio do fundador da cidade sobre o seu “refundador” D. João III – que é, justamente, o objetivo do referido texto de André de Resende. Em concomitância com isto, a linguagem estética selecionada para as novas construções levantadas

na cidade, porque restaurando e emulando as antigas, só poderia ser a do “romano” renascentista – estilo que D. João III e os seus conselheiros foram beber (pelo menos em parte) aos tratados de Arquitetura. Assim, dir-se-ia que as escolhas programáticas, certamente alimentadas pela leitura do *De re aedificatoria*, testemunham a disseminação de ideias gerais sobre Arquitetura. Além disso, sugerem ainda a importação das novidades divulgadas por este e outros autores na concretização de um plano visual, ideologicamente enformado.

Outra razão para considerar o papel do tratado de Alberti no projeto de Évora prende-se com a muito discutida importância do seu texto no plano de “restauros” da cidade de Roma, levado a cabo em meados do *Quattrocento*. Estudos por mim realizados desconfiam da importância direta do plano destes “restauros” romanos na elaboração do programa eborense (ABREU, 2004b, 2010a), o qual parece ter-se deixado guiar pelo pensamento albertiano acerca do monumento enquanto estrutura significativa no tecido urbano anónimo, expresso no *De re aedificatoria*. É, porém, no culminar das obras joaninas, exatamente num edifício empreendido à margem do programa marcadamente romano, que melhor se exhibe o entendimento albertiano da Arquitetura como veículo de transmissão de ideias e valores, levantado com sentido político para honra e memória das comunidades.

Referimo-nos à Igreja de Nossa Senhora da Graça, na qual, “restaurando-se” um velho edifício pré-existente (ou, melhor dizendo, atualizando-se a sua linguagem estilística ao gosto arqueologizante romano em voga), pensou-se instituir o panteão real. A sua invulgar fachada pontuada de elementos escultóricos foi convertida num moderno *display* urbano da política imperial portuguesa e dos feitos militares do D. João III. Por conseguinte, não será por acaso que esta fachada, tal como identifiquei em outro estudo (ABREU, 2011b), copia a do Templo Malatestiano, velha igreja franciscana na cidade italiana de Rimini que, por projecto de Alberti, foi convertida em *temple of glory* para panteão familiar do *condottiere* Sigismondo Malatesta (FIGURAS 4 e 5). Tal projeto não vem descrito no

tratado *De re aedificatoria*, é certo; mas o nome do seu autor, bem conhecido da corte portuguesa, terá certamente contribuído para tomar esta obra de Alberti por modelo da igreja-panteão eborense. A fachada desta, aliás, porque enformada por uma retórica ornamental que recupera a teoria albertiana da importância da Arquitetura na afirmação de valores e no testemunho aos vindouros, reproduz ainda as recomendações de Alberti quanto ao restauro de edifícios pré-existentes. Posto isto, não terá sido certamente por acaso que, pouco após estas obras, o humanista André de Resende andasse ocupado em redigir um volume que o rol do seu testamento menciona, reconhecido, anos mais tarde, como um “*Leo Baptista de Architectura, que ele traduzio en Portuguez por madado d’el Rei*”. (KRÜGER, 2011) O conhecimento do contributo dos tratados de Arquitetura para programas de intervenção arquitetónica – ou até mesmo urbanística, como é o caso aqui apresentado – elucida acerca do pano de fundo cultural da época de um edifício ou conjunto que deu origem ao património que nos cabe hoje conhecer e preservar (FIGURAS 6 e 7).

FIGURA 4 – Igreja de Nossa Senhora da Graça, Évora, Portugal (Miguel de Arruda, Nicolau Chanterene; c.1534-c.1540), vista geral da fachada.



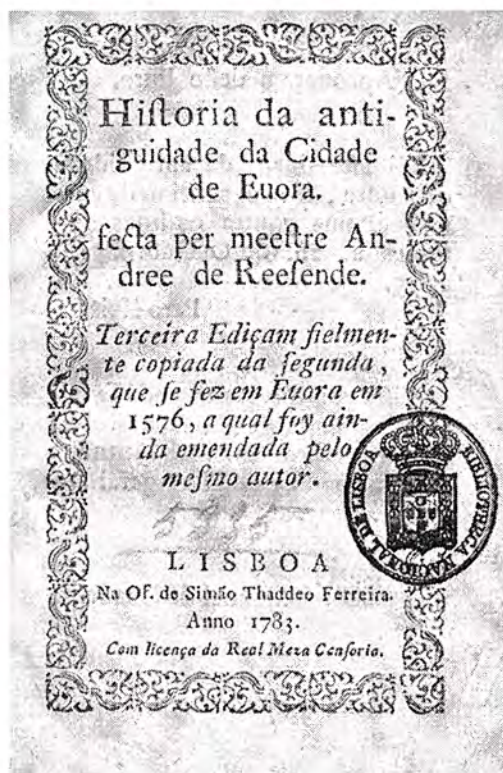
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 5 – Medalha de fundição comemorativa da renovação igreja de S. Francesco de Rimini



Fonte: Sitio lib-art.com.

FIGURA 6 – Resende, André – *História da Antiguidade da Cidade de Évora*.
Évora: 1553



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa (Portugal).

FIGURA 7 – Alberti, Leon Battista - *De re aedificatoria*. Paris: 1512



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina (Portugal).

O Mosteiro de S. Salvador da Serra (Serra do Pilar) em Vila Nova de Gaia

Caso semelhante em que um tratado de Arquitetura teve grande importância na elaboração do programa de uma obra pode ser apreciado no conjunto monástico de S. Salvador da Serra, em Vila Nova de Gaia, hoje conhecido como Mosteiro da Serra do Pilar por força de uma devoção tardia. O conjunto foi fundado em 1537 no contexto da pré-reforma das Ordens Religiosas ordenada por D. João III, como ramo da casa-mãe de Santa Cruz de Coimbra, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. O seu fundador, Fr. Brás de Barros, havia instaurado pouco tempo antes grande rigor e austeridade na vida claustral dos monges de Coimbra, ao compaginá-la com a piedade própria do movimento norte-europeu da *Devotio Moderna*, este muito do agrado da Família Real. A arquitetura do

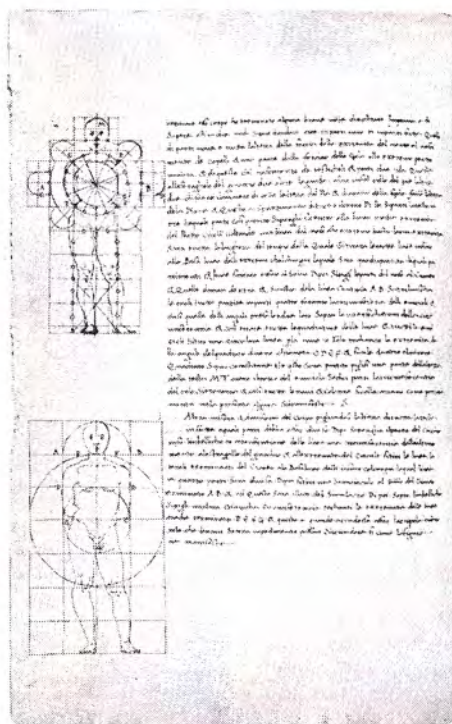
mosteiro de S. Salvador da Serra nasceu desse vínculo, espiritualmente afeto à meditação na Paixão de Cristo e na figura do Salvador enquanto espelho de perfeição do crente. Não surpreende, pois, que um estudo meu tenha revelado que foi precisamente sobre a figura de um corpo de homem – qual Cristo deitado na sua sepultura – que o conjunto monástico de S. Salvador da Serra foi desenhado e que os seus vários edifícios foram implantados no terreno. (ABREU, 1999) A analogia entre a metáfora paulina (e agostiniana...) do corpo místico de Cristo, segundo a qual todos os cristãos formam um corpo único do qual Cristo (ou a Igreja) é cabeça, muito contribuiu para a raríssima disposição antropomórfica dos edifícios monásticos no terreno.

Foi, porém, nos tratados de Arquitetura em circulação na época, que Fr. Brás de Barros e o monarca – com o qual o reformador sempre se aconselhou – encontraram a derradeira informação que permitiu aos arquitetos da obra articular, de forma decisiva, esta intenção programática. Como apurei, tal informação foi colhida de uma das primeiras versões do tratado italiano de Francesco di Giorgio Martini, texto manuscrito que terá circulado em Portugal pelo menos desde o tempo de D. João II. Inspirado em Santo Agostinho, mas recorrendo também aos preceitos da estética clássica (sobretudo aos de deriva neoplatónica), Francesco di Giorgio discorre longamente acerca da importância de os edifícios, sobretudo os templos de culto cristão, regerem-se por proporções idênticas às do corpo humano – a mais perfeita criação divina. O tratadista insiste nesta analogia corpo/edifício que já Vitruviuso advogava na Antiguidade. Fá-lo, porém, de modo inusitado. Para ele, também as cidades e as fortificações deveriam respeitá-la, o que se deveria patentear na sua tipologia; isto é, na sua forma e função, conjugadas.

Ora, foi concretamente por inspiração num dos desenhos tratadísticos martinianos representando um mosteiro que a implantação de S. Salvador da Serra foi esboçada em termos tipológicos, respeitando inclusive a forma circular do claustro advogada por Francesco di Giorgio como a mais perfeita de todas. Tal como o tratadista, os mecenas e arquitetos de

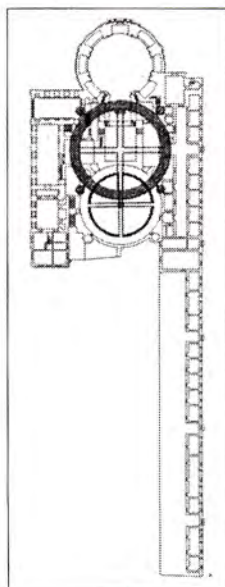
S. Salvador da Serra foram bastante longe na busca de perfeição do novo conjunto monástico: tendo em conta as advertências teóricas, a implantação do novo mosteiro seguiu rigorosamente a organização funcional correlata da distribuição topológica dos membros no corpo humano; e o conjunto dos vários edifícios, entendido de forma unitária, foi proporcionado à semelhança do homem. Para isto, usou-se um dos esquemas métrico-proporcionais tratadísticos apresentados por Francesco di Giorgio para reger a forma e as medidas dos edifícios em causa (FIGURAS 8, 9 e 10). (ABREU, 1999, 2007) Dir-se-ia que a teoria expressa no tratado italiano, funcionando em conjunto com o campo das ideias filosófico-religiosas dos promotores da obra, foi ainda decisiva para concretizar o programa do vasto conjunto monástico nos seus aspetos formais (tipológicos e métricos).

FIGURA 8 – Francesco di Giorgio Martini – *Architettura Civile e Militare*, mss. c. 1492 (cód. *Senese S. IV.4 / Magliabechiano II.I.141*), fl.42v., tav. 236



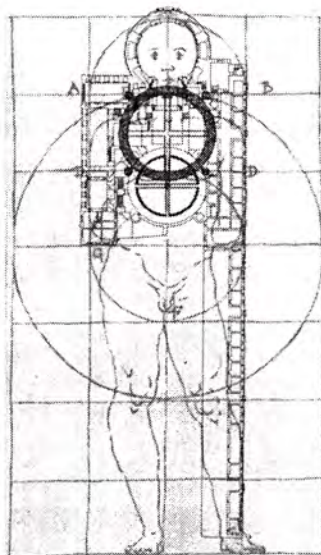
Fonte: MALTESE, 1967, 2º vol. fl.42v., tav. 236.

FIGURA 9 – Mosteiro de S. Salvador da Serra, planta parcial de pavimentos



Desenho: Susana Abreu.

FIGURA 10 – Mosteiro de S. Salvador da Serra, planta parcial de pavimentos (reconstituição) sobre figura antropométrica de Francesco di Giorgio Martini



Desenho: Susana Abreu.

Modelos tratadísticos para o edificado: tipológicos e decorativos

Dado o facto de, a partir da década de 1520, os tratados de Arquitectura passarem, regra geral, a ser ilustrados por gravuras, a sua importância enquanto repositórios de modelos visuais para novos edifícios ou suas partes enuncia-se, à partida, bastante pertinente. Não é difícil, de facto, detetar influências tratadísticas em edifícios erguidos com maior cuidado, sendo essas influências observadas quer a nível tipológico – como é o caso do Mosteiro de S. Salvador da Serra, atrás referido, cuja igreja construída entre c.1597-1672, além do mais, segue gravuras de Sebastiano Serlio (Figuras 11, 12, 13 e 14) –, quer a nível mais superficial, meramente decorativo. É este também o caso dos três exemplos que apresentamos de seguida.

FIGURA 11 – Mosteiro de S. Salvador da Serra (ou da Serra do Pilar), igreja (1597-1672), Vila Nova de Gaia, Portugal.



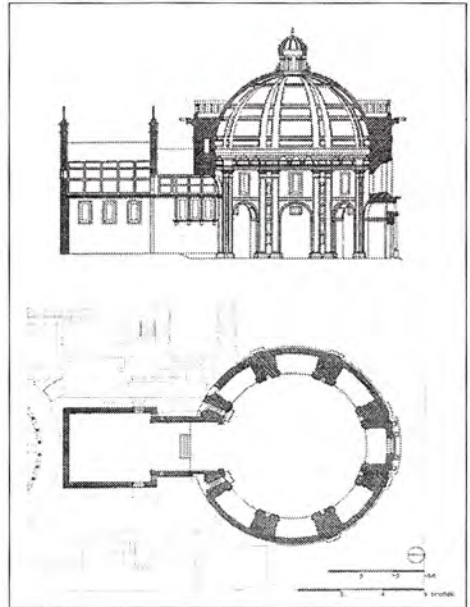
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 12 – Igreja, vista geral da capela-mor



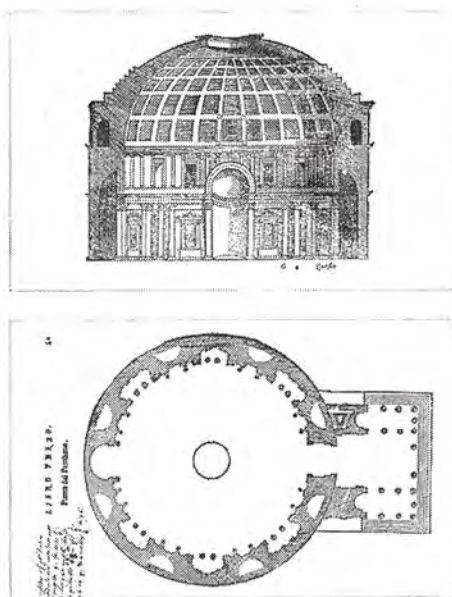
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 13 – Mosteiro de S. Salvador da Serra (ou da Serra do Pilar).
Igreja, Corte longitudinal e planta



Desenho: Susana Abreu.

FIGURA 14 – Santa Maria Rotonda (Panteão), Roma, perfil e planta



Fonte: Sebastiano Serlio. *Delli Templi*. Roma: 1537.

A Fonte da Manga no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

A Fonte da Manga do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra é um dos casos onde a tratadística teve uma importância fundamental na organização tipológica da obra. Levantada entre 1528-1534, durante o período da reforma espiritual da casa, o seu programa arquitetónico inspirou-se na obra *Espelho de Perfeição* do místico franciscano nórdico Hendrik Herp. O resultado foi bastante complexo do ponto de vista do significado simbólico atribuído às formas da fonte claustral e seu concomitante papel pedagógico, que se deveu ao reformador Fr. Brás de Barros, já apresentado. (ABREU, 2011a; ABREU; BARREIRA, 2010) Também aqui terão sido os desenhos tratadísticos de Francesco di Giorgio Martini a inspirar o desenho desta construção. O modelo trata-se concretamente do levantamento e reconstituição arqueológica de uma ruína que o tra-

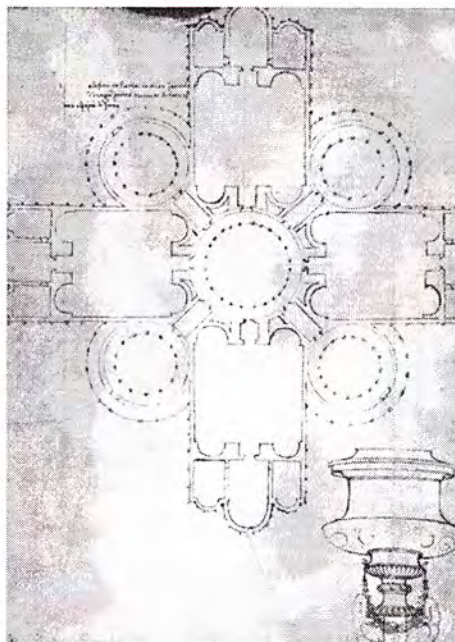
tadista observara em Roma e registara na sua obra. A forma geral do edifício representado, bem como a distribuição e organização relativa dos seus espaços estruturada num duplo sistema de eixos, foi determinante no desenho da fonte claustral do mosteiro crúzio. Ainda que, neste caso, o programa que preside à arquitetura da Fonte da Manga seja totalmente alheio às teorias de Francesco di Giorgio (exceto no neoplatonismo que governou uma e outras), o resultado final da obra, nos seus cinco edifícios circulares articulados com os oito tanques retangulares que irradiam do templete central, trata-se de uma interpretação (ou reinvenção) magistral de um desenho tratadístico (ABREU, 1999, 2004a) – talvez feita com ajuda dos artistas que nela trabalharam, salientando-se o escultor-arquiteto João de Ruão (FIGURAS 15 e 16).

FIGURA 15 – Fonte do claustro da Manga, Mosteiro de Sta. Cruz, Coimbra, Portugal (João de Ruão, c.1534)



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 16 – Edifício em Roma, Francesco di Giorgio Martini – *Architettura Ingegneria e Arte Militare*, mss. c. 1481 (cód. Torinese Saluzziano 148/ Laurenziano Ashburnhamiano 361), vol. I, fl. 83, tav. 153



Fonte: MALTESE. 1967, vol. I, fl. 83, tav. 153.

A Casa dos Lunas em Viana do Castelo

A Casa dos Lunas (ou dos medalhões) em Viana do Castelo é um dos casos em que os tratados de Arquitetura foram usados como inspiração de motivos decorativos. Construída à roda de 1545 pelo mestre-pedreiro e arquiteto João Lopes-o-Velho, trata-se da residência de uma família da Galiza exilada em Portugal que, usando da natureza urbana da fachada da sua moradia, não quis deixar de assim mostrar os pergaminhos da sua origem nobre. Os vários elementos escultóricos que decoram esta fachada exprimem bem o gosto humanístico corrente ao cultivarem a estética arqueologizante em voga, isto em imitação das decorações próprias dos edifícios romanos que, à época, eram estudados por eruditos e divulgados em desenhos e gravuras pelos artistas italianos.

A fonte de inspiração dos que trabalharam na Casa dos Lunas, ainda que “italianizada”, foi, contudo, de origem espanhola: João Lopes-o-Velho parece ter-se aproveitado das gravuras de Diego de Sagredo divulgadas no seu *Medidas del Romano* (1526), manual de carácter elementar que dava a conhecer a morfologia e as medidas dos principais elementos das ordens arquitetónicas clássicas. (ABREU, 2008) Significativo é ainda o modo como a aplicação destes mesmos elementos à fachada vianense foi feita: sem o entendimento do edifício como uma unidade obediente a uma regra única de proporção, a qual, segundo Vitruvius, deveria ditar a posição relativa de todas as partes do edifício e suas medidas por relação geométrica para com o todo. Pelo contrário, tais elementos são aqui aplicados com um sentido independente de qualquer lógica interna que tenha presidido ao desenho do conjunto, adquirindo por isso o estatuto de meros apontamentos decorativos apostos a uma caixa murária, tal como Sagredo os apresenta ao leitor no seu tratado (FIGURAS 17, 18 e 19]. O carácter modelar das gravuras do tratadista espanhol nestes apontamentos decorativos é, assim, elementar, mas efetiva.

FIGURA 17 – Casa dos Lunas ou “dos Medalhões”, Viana do Castelo, Portugal (João Lopes-o-Velho, c. 1545), vista geral

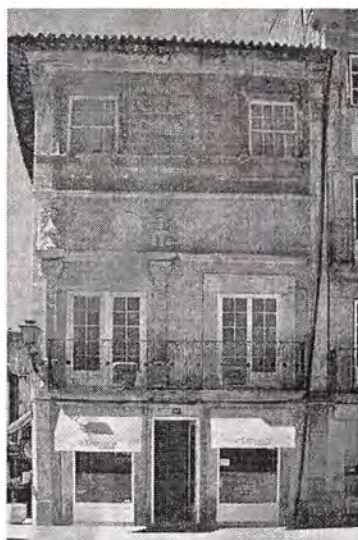


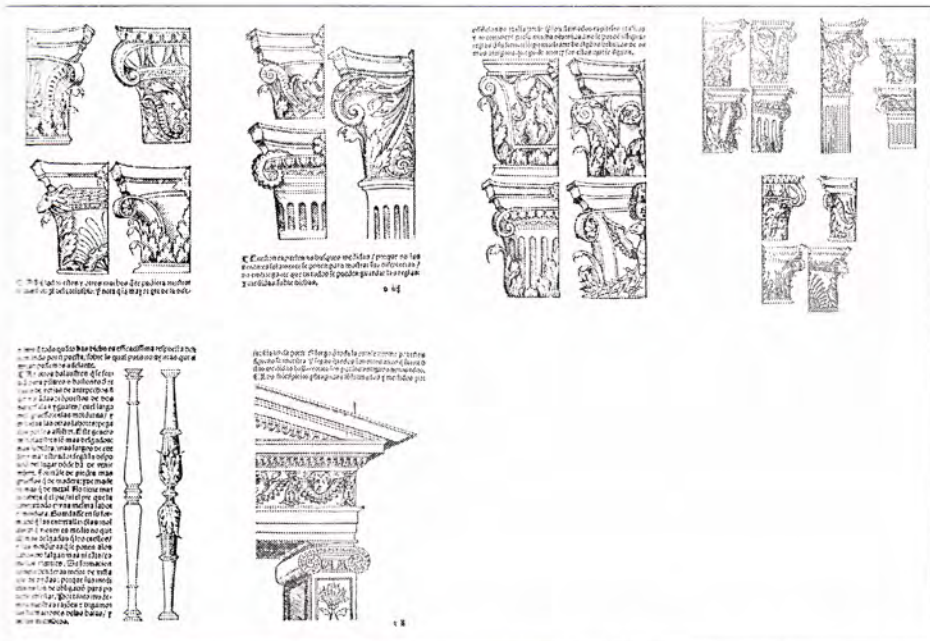
Foto: Susana Abreu.

FIGURA 18 – Pormenor



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 19 – Capitéis itálicos (com versão portuguesa de 1541),
coluna-balaústre, entablamento e frontispício



Fonte: Diego de Sagredo - *Medidas del Romano*, 1519 (1526).

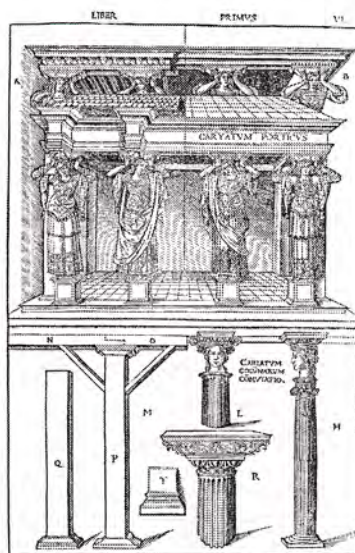
A Varanda da Misericórdia de Viana do Castelo

A importância dos tratados de Arquitetura, quer na tipologia dos edifícios, quer no seu aparato decorativo, pode ser encontrada no Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo. Pese embora construído entre 1567-1591, alguns dos modelos tratadísticos que serviram de referência a este edifício recuam bastante no tempo. É o caso da gravura que inspirou sua invulgar “varanda”, uma espécie de solário onde os doentes podiam beneficiar do ar livre. Deitando para a Praça do Município, esta varanda funcionava como fachada nobre do edifício.

Composta por três estratos em que colunas-termes suportam a arcada do rés-do-chão e as arquitraves dos dois últimos pisos, esta fachada cita os pórticos persas ou de cariátides que, tendo sido mencionados pela primeira vez por Vitruvius no *De Architectura*, foram ilustrados no Renascimento por duas gravuras da mão do seu tradutor e comentador milanês, Cesare Cesariano. (ABREU, 2008) Tais gravuras foram editadas pela primeira vez em 1521, mas foram muito copiadas na década seguinte por inúmeras versões-pirata da tradução e comentários de Cesariano (FIGURAS 20 e 21). A sua singularidade consiste no facto de interpretarem a descrição do pórtico vitruviano como composto de vários andares – o que a varanda da Misericórdia reproduz sem antecedentes concretos conhecidos. As influências tratadísticas neste Hospital da Misericórdia, contudo, não se ficam por aqui: os cunhais rusticados do edifício inspiram-se nas gravuras de antiguidades do tratado de Sebastiano Serlio, editado em 1537; os seus portais, estes acusam influência das gravuras de portas rústicas do Livro de Portas do mesmo autor, impresso em 1551 (FIGURAS 22 e 23). O esquema de sobreposição de um pórtico arquitravado sobre uma arcada, assim como as proporções desta estrutura, derivam concretamente do *Medidas del Romano* de Diego de Sagredo (1526) (FIGURAS 24 e 25). As figurações antropomórficas das colunas-termes, além das gravuras de Cesariano, preconizam já desenvolvimentos do tema provenientes de fonte desconhecida, que as mais tardias gravuras de Boillot de Langres (1592), Wendel

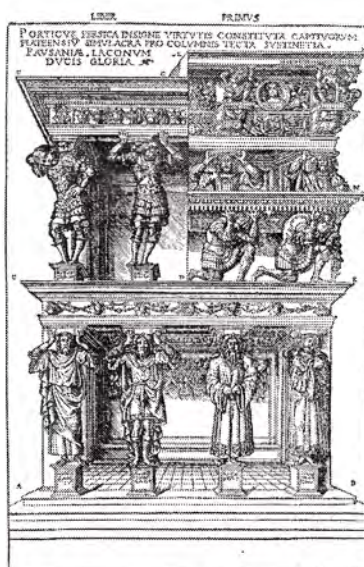
Dietterlin (1598) ou mesmo Hans Vredeman de Vries (1601), haveriam de reinventar e divulgar a partir do Norte da Europa.

FIGURA 20 – Pórtico de caritátides



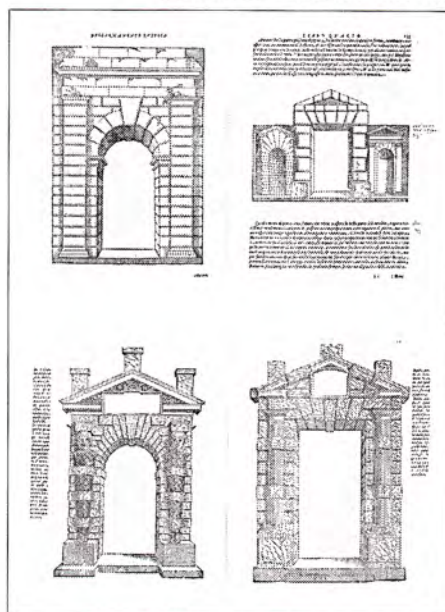
Fonte: Cesare Cesariano - *Vitruvio De Architectura...*, Lv. I, 1521.

FIGURA 21 – Pórtico persa



Fonte: Cesare Cesariano - *Vitruvio De Architectura...*, Lv. I, 1521.

FIGURA 22 – Portas rústicas



Fonte: (a) Sebastiano Serlio - *De' cinque ordine* (Lx. IV), 1537; (b) Sebastiano Serlio - *Livre de portes* (Lx. VI), 1551.

FIGURA 23 – Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo (1587-1591), porta lateral.

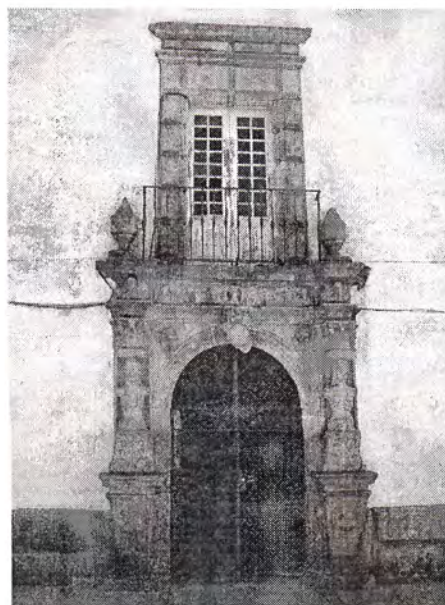


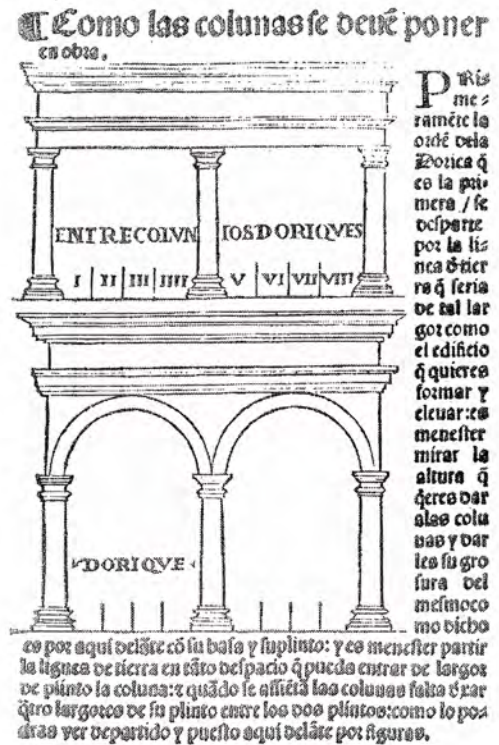
Foto: Susana Abreu.

O facto de encontrarmos todo este repertório modelar tratadístico em Viana do Castelo fornece pistas interessantes para compreendermos que cultura artística tinham, em meados de Seiscentos, artistas e comitentes daquele meio regional, bastante ativo em termos de encomenda, é certo, mas bastante isolado da influência cortesã centralizada na capital. Além disso, e por nesta obra ter trabalhado um descendente de João Lopes-o-Velho – um dos muitos familiares que viriam a compor uma oficina extremamente operosa num arco de tempo dilatado, com influência regional que se estendeu até à cidade do Porto e à Galiza –, tal repertório é bastante significativo. Tendo em mente a qualidade dos tratados de Arquitetura com que, em algum momento, tal oficina terá tomado contacto, torna-se mais fácil identificar quais os textos e gravuras do repertório oficial terão funcionado como modelos em casos semelhantes. Concomitantemente, isto permite formular – e responder – a questões relacionadas com o modo como as referências livrescas terão influído no imaginário artístico do país.

FIGURA 24 – Hospital da Misericórdia de Viana do Castelo (1587-1591)



Foto: Susana Abreu.



Fonte: Diego de Sagredo, *Medidas del Romano*, 1549.

Os tratados na educação do arquiteto

Já aqui se disse como os tratados de Arquitetura foram responsáveis pela fixação das normas de atuação do arquiteto a partir do Renascimento. De fato, enquanto completos instrumentos normativos, os primeiros tratados forneciam resposta a todas as questões de ordem teórico-prática necessárias ao correto desempenho da profissão, informando acerca de matérias-primas, técnicas, rudimentos de geometria, noções de desenho, cálculo de dimensões e distâncias, cômputo de honorários, regras de trato com o cliente, legislação, e muito mais. Por conseguinte, os tra-

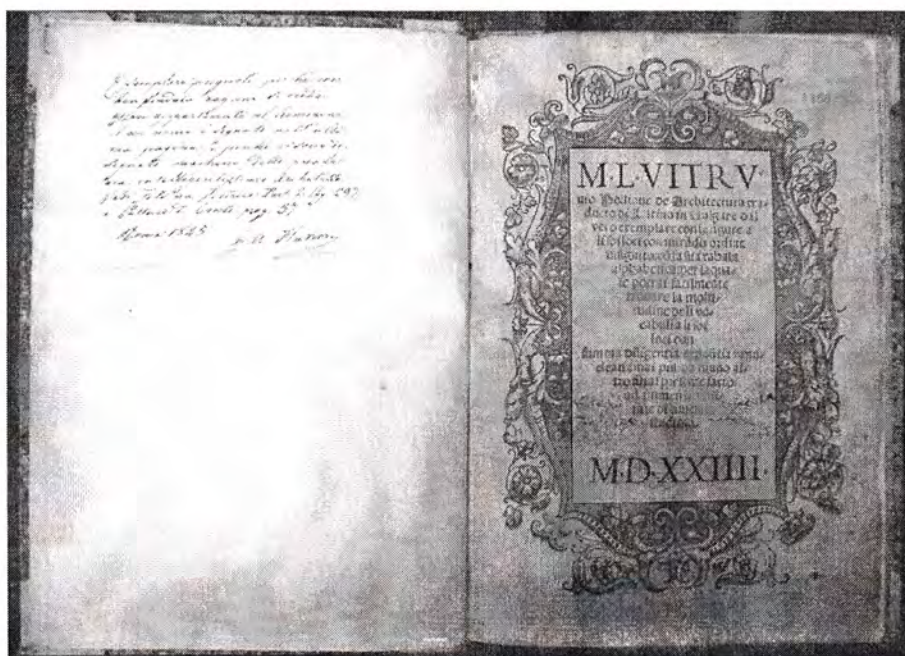
tados, desde muito cedo, converteram-se em poderosos instrumentos de educação dos aspirantes a arquitetos, que neles encontraram uma forma expedita de aprender os segredos do ofício sem submissão à prática tirocinal que era corrente. A aprendizagem da Arquitetura pôde assim passar a ser feita em ambiente de atelier ou gabinete, o que, naturalmente, deu vantagem aos aprendizes que, tendo acesso direto ao livro, e possuindo conhecimentos suficientes do *Trivium* e do *Quadrivium* para entender as várias matérias nele tratadas, assim não precisaram de ascender lentamente nos vários degraus no ofício segundo a tradicional prática em estaleiro, convertendo-se diretamente em arquitetos.¹³ Com a formalização do ensino de Arquitetura, os tratados passaram a ser utilizados nas aulas pelos professores. Muitas vezes, as suas lições constituíam-se do ditado de capítulos inteiros, que eram depois discutidos na aula. A avaliação do aluno assentava, em boa medida, na prova de estudo e escoreita interpretação de tais trechos tratadísticos.

Numa época em que o ensino institucionalizado da Arquitetura ainda era coisa de poucos, apenas acessível aos aprendizes ligados aos Mestres das Obras Reais, o conhecimento de repertórios bibliográficos à disposição de um arquiteto (e de outros artistas que com ele tenham colaborado) reveste-se de especial importância. A identificação dos tratados de Arquitetura em circulação num dado momento pode, em certos casos, fornecer importantes pistas sobre o tipo de formação recebida ou procurada. Como se depreende dos variados exemplos atrás apresentados, a importância destes materiais para afinar o juízo crítico da comitência foi importante a muitos níveis, que vão desde a elaboração dos programas ideológicos que presidem às escolhas formais do arquiteto, até à aprovação do embelezamento final dos edifícios com certos apontamentos decorativos. Neste sentido, não surpreende que

¹³ Como exemplo deste tipo de aprendizagem, vd. Abreu (2010b). Para algumas reflexões sobre uma aprendizagem autodidata feita em atelier com auxílio dos livros, vd. Abreu (2010c). O mesmo assunto é extensamente abordado na minha tese de Doutorado já referida. (ABREU, 2011c)

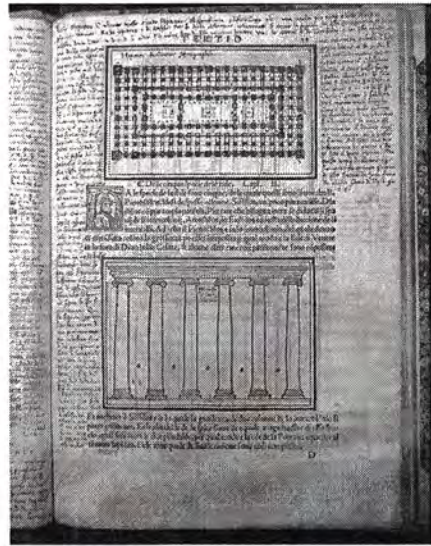
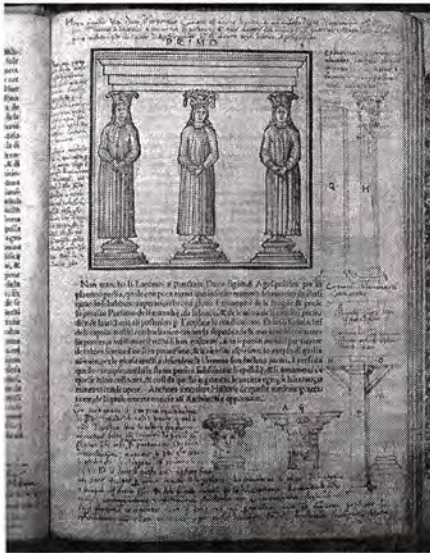
muitos destes livros guardem, nas margens dos seus fólhos, os apontamentos de quantos, com ávida sede de conhecimentos para pôr em prática ou com mera curiosidade erudita, os estudaram com afincio ao longo de séculos, por vezes passando-os de mão para mão (FIGURAS 26, 27 e 28). As coleções de livros desta natureza que em tempos estiveram à guarda de importantes casas religiosas é sinal evidente de que os conventos, mosteiros e colégios funcionaram como importantes centros artísticos, e que as suas bibliotecas, geralmente bem fornecidas, proporcionaram a muitas gerações de comitentes e artistas o contacto com as últimas novidades editoriais.

FIGURA 26 – Durantino - *M. L. Vitruvio Pollione de Architectura traducto di Latino in Vulgare*, 1524



Fonte: Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Portugal.

FIGURAS 27 e 28 – Durantino - *M. L. Vitruvio Pollione de Architectura traducto di Latino in Vulgare*, 1524. Duas páginas da obra com extensas anotações e desenhos do leitor



Fonte: Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, Portugal.

Fr. João Turriano e o Convento de Santa Clara-a-Nova em Coimbra

O caso de Fr. João Turriano – Mestre das Fortificações do Reino (por herança do prestigiado engenheiro-militar Leonardo Torriani, seu pai) e arquiteto de quase todas as obras realizadas nas casas beneditinas do seu tempo – exemplifica esta dupla importância dos tratados para a formação do Arquiteto e a modelação do gosto de uma comunidade capaz de contribuir, de modo efetivo, para a cultura artística da sua época e lugar.

O Convento de Santa Clara-a-Nova, erguido na margem esquerda do Mondego a partir de 1649 – isto é, ainda nos inícios da carreira de João Turriano –, documenta a aprendizagem do seu arquiteto feita nas bibliotecas beneditinas. O carácter algo experimental da igreja conventual, o tipo de estrutura e as proporções do claustro, ou até a invulgar horizon-

talidade do dormitório das freiras, tratam-se de escolhas que podem ser rastreadas nos tratados de Arquitetura por um fio condutor inesperado: as notas marginais que Turriano deixou nas páginas dos livros que estudou no preciso momento em que pesquisava soluções para esta tarefa projectual em mãos. Descobri, por coincidência da sua atenção lançada sobre alguns momentos do texto (expressa em sublinhados e comentários), que foram sobretudo os tratados de Sebastiano Serlio e de Andrea Palladio – e principalmente o deste último, intitulado *L'Architettura* (1570) e consultado na edição veneziana de Antonio Brogiollo de 1642 – que o assistiram nos conhecimentos que lhe faltavam para desenhar o conjunto (FIGURAS 29 a 32). (ABREU, 2003) Esta marginália documenta também a penetração bastante tardia do tratado de Palladio nas obras do país, texto que recebera escasso interesse em Portugal, bem ao contrário do que se verificou noutras regiões europeias nas quais o influente volume foi decisivo para o curso subsequente da Arquitetura. Face a estas evidências livrescas por mim detetadas em estudo anterior, tudo permite questionar qual a incidência real de Palladio no cômputo geral da arquitetura portuguesa da época, já que, como se disse, Turriano se tornou numa figura de proa no panorama arquitetónico nacional por via da sua ação nas casas beneditinas. O estudo é também um ponto de partida para se procurar perceber se a imagem corporativa dos beneditinos se liga conceptualmente ao fenómeno do Palladianismo, movimento internacional de que a edição de Antonio Brogiollo, utilizada por Turriano, é já contemporânea. Uma apreciação mais alargada da migração das formas tratadísticas propostas pelas gravuras de Palladio através da obra de Turriano e sua influência poderá, enfim, dar pistas sobre a sensibilidade estética da mesma época em Portugal, uma vez aferida por comparação com as influências de outras obras e arquitetos.

FIGURA 29 – Andrea Palladio - *L'Architettura*. Veneza: Marc' Antonio Brogiollo, 1642.
 Página do rosto com pertence “de frei João Turriano”



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

FIGURA 30 – Notas manuscritas e sublinhados de João Turriano



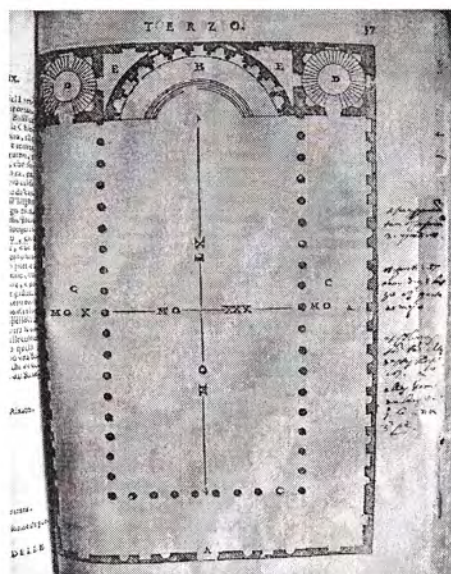
Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

FIGURA 31– Convento de Santa Clara-a-Nova, Coimbra, Portugal. Fr. João Turriano, 1649-fim séc. XVIII. Igreja, entrada lateral



Foto: Susana Abreu.

FIGURA 32 – Andrea Palladio - *L'Architettura*. Veneza: Marc' Antonio Brogiollo, 1642. Notas manuscritas de João Turriano acerca das basílicas romanas



Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/Biblioteca Joanina, Coimbra (Portugal).

O estudo de levantamento dos tratados de Arquitetura em Portugal que aqui se apresentou, por mim iniciado em 2002 (mas entretanto suspenso em 2006), tem assim recebido justificações indiretas da sua razão de ser e da sua importância para o estudo do património arquitetónico. Esperamos que, num futuro breve, os resultados deste escrutínio – ou de outro, desenvolvido sobre os seus alicerces – venham beneficiar a investigação do património arquitetónico português e, mediante estudos acerca da diáspora dos artistas que, em Portugal, formaram-se a partir dos livros, também das expressões artísticas que germinaram nos demais países de expressão cultural portuguesa, tais como o Brasil. Torna-se fundamental, pois, que um património bibliográfico tão importante como é este para o conhecimento do património edificado que enriquece o nosso tecido cultural comum – de Portugal e do Brasil – não permaneça esquecido nos fundos de tantas bibliotecas, arquivos e museus da velha metrópole.

REFERÊNCIAS

ABREU, Susana. André de Resende, um novo Alberti? Um ideólogo entre o princeps e o architectus, na recuperação da Vrbs romana de Évora (1531-1537). In: OLIVEIRA, Francisco de; OLIVEIRA, Jorge de; PATROCÍNIO, Manuel (Ed.). *Espaços e paisagens: Antiguidade Clássica e heranças contemporâneas*. Évora: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos – APEC: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010a. p. 223-230. v. 3 – História, Arqueologia e Arte.

ABREU, Susana Matos. *A Docta Pietas ou a architectura do mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1692): conteúdos, formas, métodos conceptuais*. 1999. Dissertação (Mestrado em História da Arte em Portugal) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1999.

ABREU, Susana. *Diogo de Castilho e João de Ruão: uma parceria invulgar no traçado do Mosteiro de S. Salvador da Serra (Serra do Pilar)*. In:

COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa, 7., 2005, Porto. *Actas...* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. p. 495-503.

ABREU, Susana. A fonte do Claustro da Manga, “Espelho de Perfeçãam”: uma leitura iconológica da sua arquitectura. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. I série v. 7-8, p. 33-52, 2011a.

ABREU, Susana Matos. A Formação dos Artistas na difusão das formas e a recepção da sua arte pelo meio socio-cultural do século XVI: notas metodológicas. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE, 2008, 237-245.

ABREU, Susana Matos. Livros e saber prático de um arquitecto do século XVII: A biblioteca de Fr. João Turriano e o mosteiro novo de Santa Clara em Coimbra. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*, v. 2, p. 803-822, 2003.

ABREU, Susana Matos. A obra do arquitecto italiano Francesco da Cremona (c.1480 - c.1550) em Portugal: novas pistas de investigação. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. *A encomenda, o artista, a obra*. Porto: CEPESE, 2010b. p. 557-583.

ABREU, Susana Matos. The prince as architect in Portugal (1530-1550): the impact of *specula principis* and architectural treatises on modern practices of dilettantism. In: INTERNATIONAL MEETING EUROPEAN ARCHITECTURAL HISTORY NETWORK, 1., 2010, Guimarães (Portugal). *Abstracts...* Netherlands: EAHN, 2010c. 1 CD-ROM.

ABREU, Susana Matos. Reflexões em torno da capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém, descendente tardia do *Quattrocento* experimental. In: CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES D. MANUEL E A SUA ÉPOCA, 3., 2004, Guimarães, Portugal. *Actas...* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004a. v. 4, p. 173-197.

ABREU, Susana. De Roma a Évora, com André de Resende: cidade e ‘património’ na história da antiguidade da cidade de Évora. *apha@Bol – Boletim electrónico interactivo da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte*, n. 2, nov. 2004b. Disponível em: <<http://www.apha.pt/boletim>>. Acesso em: 26 Julho 2013.

- ABREU, Susana. O restauro quinhentista da Igreja da Graça de Évora: influências teóricas de Alberti e um modelo formal no Tempio Malatestiano de Rimini. *População e Sociedade*, n. 19, p. 104-121, 2011b.
- ABREU, Susana. *Teoria e crítica na raiz do arquitecto de matriz vitruviana em Portugal (1521-1557): a questão das origens entre o desígnio e a Matéria*. 2011. Tese (Doutoramento em Historia da Arte Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011c.
- ABREU, Susana; BARREIRA, Catarina. Influências franciscanas no programa pedagógico quinhentista da Fonte da Manga (Coimbra), in Actas III CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE EL FRANCISCANISMO EN LA PENÍNSULA IBÉRICA: *El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*, 3., 2009, Ciudad Rodrigo (Salamanca). *Actas...* Córdoba: Ediciones El Almendro, 2010. p. 369-393.
- BATTISTA, Alberti Leon. *De re ædificatoria...* 2009. Disponível em: <http://architectura.cesr.univ-tours.fr/traite/Notice/ENSBA_20A4.asp?param=>>. Acesso em: 11 set. 2013.
- DE' PASTI, Matteo. *Tempio Malatestiana*. 1450. Disponível em: <http://www.lib-art.com/artgallery/2482-tempio-malatestiana-matteo-de-pasti.html>. Acesso em: 11 set. 2013.
- FERNANDES, Maria Clara Correia. *Tratados de Arquitectura BESBAP, BFAUP, BFCUP, BISEP, BPMP*. [Porto]; [198-]. Texto dactilografado.
- KRÜGER, Mário Júlio Teixeira. *Introdução*. In ALBERTI, Leon Battista. *Da Arte Edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- MALTESE, Corrado (Ed.). *Trattati di Architettura Ingegneria e Arte Militare*. Milano: Edizioni Il Polifilo, 1967. v. 1 e 2.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVIe au XVIIIe siècle: un patrimoine meconnu des bibliothèques et musées portugais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1983.
- PERICÃO, Maria da Graça. *Tratadística de Arte dos Séc. XVII e XVIII existente na Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa*. In: CONGRESSO DO BARROCO NO BRASIL / ARQUITECTURA E ARTES PLÁSTICAS, 2., 1989, Ouro Preto. *Actas...* Ouro Preto: Ed. Revista Barroco, 1990-1992.

SANCHEZ, Formosinho. O “De Architectura” de Vitruvius numa recolha bibliográfica (manuscrita e impressa existente em Portugal). *Revista Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, Lisboa, 3ª. série, 1991. Separata.

SCHLOSSER, Julius. *La literatura artística: manual de fuentes de la historia moderna del arte*. Madrid: Ediciones Cátedra, [1924].

VITRÚVIO. *Vitruvius: tratado de arquitectura*. Tradução, introdução e notas de Justino M. Maciel. Lisboa: I.S.T. Press, 2006.